



Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo  
Estado do Paraná  
CNPJ nº 75.462.820/0001-02

**EDITAL DE DISPENSA**

**Processo Administrativo: nº 003/2025**

**Dispensa Eletrônica: nº 002/2025**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR**, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, realizará dispensa na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO** por **ITEM**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 2.435/2024 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

**DATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL: 15/01/2025**

**DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/01/2025 às 08h00min**

**DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 20/01/2025 às 17h00min**

**DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DOS LANCES: 21/01/2025 às 09h00min**

**DATA DO FIM DO RECEBIMENTO DOS LANCES: 21/01/2025 às 15h00min**

**INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS DIAS)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS, LANCES E DOCUMENTAÇÃO:**

<https://www.bll.org.br>

**LINK'S DO EDITAL:**

<https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes> e

<https://www.bll.org.br>

**Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: ( ) Sim ( x ) Não**

**Margem de Preferência Local/Regional: ( ) Sim ( X ) Não**

**Horário de Referência: Brasília-DF**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO-HOSPITALARES**, em atendimento à **Secretaria Municipal de Saúde** do município de **Santa Cruz de Monte Castelo/PR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será feita por ITEM, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	AGULHA 13X4,5 DESCARTAVEL CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	20	R\$ 7,22	R\$144,40
2	AGULHA 20X5,5 DESCARTAVEL CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	20	R\$ 8,91	R\$ 178,20
3	AGULHA 25x7 DESCARTAVEL CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	30	R\$ 8,93	R\$ 267,90



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

4	AGULHA 40X12 DESCÁRTAVEL CX C/ 100 UNIDADES	CX	50	R\$ 11,81	R\$ 590,50
5	CATETER INTRAVENOSO Nº22 (ABOCATH)	UNID	500	R\$ 1,29	R\$ 645,00
6	CATETER INTRAVENOSO Nº24 (ABOCATH)	UNID	800	R\$ 1,39	R\$ 1.112,00
7	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO, TIPO ÓCULOS ADULTO TAMANHA 1,5 METROS	UNID	100	R\$ 1,43	R\$ 143,00
8	ALCOOL ETILICO 70° 1000ML	FRS	60	R\$ 8,51	R\$ 510,60
9	GEL CLÍNICO INCOLOR PARA CONDUÇÃO DE IMPULSOS DE APARELHOS DE ULTRASSOM E EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA – 05 KG	FRS	02	R\$ 35,73	R\$ 71,46
10	POLVIDINE DEGERMANTE (IODOPOLIVIDONA 10% DEGERMANTE) 1000 ML	FRS	6	R\$ 42,30	R\$ 253,80
11	POLVIDINE TÓPICO (IODOPOLIVIDONA 10% TÓPICO) 1000ML	FRS	6	R\$ 47,15	R\$ 282,90
12	SORO FISIOLÓGICO 0,9%100 ML SISTEMA FECHADO	FRS	1000	R\$ 3,71	R\$ 3.710,00
13	SORO FISIOLÓGICO 0,9%250 ML SISTEMA ABERTO	FRS	300	R\$ 5,58	R\$ 1.674,00
14	SORO FISIOLÓGICO 0,9%250 ML SISTEMA FECHADO	FRS	1000	R\$ 5,54	R\$ 5.540,00
15	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRS	500	R\$ 5,33	R\$ 2.665,00
16	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML SISTEMA FECHADO	FRS	200	R\$ 12,48	R\$ 2.496,00
17	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250 ML SISTEMA FECHADO	FRS	400	R\$ 5,76	R\$ 2.304,00
18	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML SISTEMA FECHADO	FRS	400	R\$ 5,77	R\$ 2.308,00
19	VASELINA LIQUIDA 1000 ML	FRS	6	R\$ 36,00	R\$ 216,00
20	VASELINA SOLIDA 1000 GRS	FRS	6	R\$ 13,30	R\$ 79,80
21	TUBO DE LATÉX ( GARROTE ) CALIBRE PEQUENO PCTE C/ 15 MTS	PCTE	2	R\$ 25,29	R\$ 50,58
22	PROTETOR OFTALMICO P/ OCLUSÃO ANTIALERGICO TAMANHO P ( PEDIATRICO)CX C/ 20 UNIDADES	CX	20	R\$ 12,90	R\$ 258,00
23	PROTETOR OFTALMICO P/ OCLUSÃO ANTIALERGICO TAMANHO G ( ADULTO )CX C/ 20 UNIDADES	CX	20	R\$ 12,25	R\$ 245,00
24	UMIDIFICADOR DE OXIGENIO	UNID	20	R\$ 13,26	R\$ 265,20
25	ALGODÃO HIDRÓFILO C/500GR	PCTE	30	R\$ 14,85	R\$ 445,50
26	ATADURA DE CREPE 13 FIOS, 10cmX3M, PACOTE C/ 12 UNIDADES	PCTE	100	R\$ 8,91	R\$ 891,00
27	ATADURA DE CREPE 13 FIOS, 15cmX3M, PACOTE C/ 12 UNIDADES	PCTE	100	R\$ 14,27	R\$ 1.427,00



Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo  
Estado do Paraná  
CNPJ nº 75.462.820/0001-02

28	ATADURA DE CREPE 13 FIOS, 20cmX3M, PACOTE C/ 12 UNIDADES	PCTE	100	R\$ 14,95	R\$ 1.495,00
29	COMPRESSA CIRURGICA 45 CMX50CM 4 CAMADAS PCTE C/ 50 UNIDADES	PCTE	10	R\$ 66,88	R\$ 668,80
30	COMPRESSA DE GASE HIDROFILA 8 CAMADAS/ 5 DOBRAS/ 11 FIOS POR CM² COM DIMENSÃO FECHADA 7,5 X7,5 CM, PACOTE COM 500 UNIDADES	PCTE	100	R\$ 25,76	R\$ 2.576,00
31	COMPRESSA DE GASE HIDROFILA 8 CAMADAS/ 5 DOBRAS/ 13 FIOS POR CM² COM DIMENSÃO FECHADA 7,5 X7,5 CM, PACOTE COM 500 UNIDADES	PCTE	100	R\$ 21,29	R\$ 2.129,00
32	ESPARADRAPO 2,5 CM X 4,5 M C/ CAPA	UNID	100	R\$ 4,48	R\$ 448,00
33	ESPARADRAPO 5 CM X 4,5 M C/ CAPA	UNID	100	R\$ 7,93	R\$ 793,00
34	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M C/ CAPA	UNID	100	R\$10,21	R\$ 1.021,00
35	FITA MICROPORE 2,5 CM X 10M, C/ CAPA	UNID	100	R\$ 3,54	R\$ 354,00
36	FITA MICROPORE 5 CM X 10M, C/ CAPA	UNID	100	R\$ 5,39	R\$ 539,00
37	FITA MICROPORE 10CM X 10M, C/ CAPA	UNID	100	R\$ 10,68	R\$ 1.068,00
38	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 11 COM 100 UND	CX	6	R\$ 29,45	R\$ 176,70
39	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 13 COM 100 UND	CX	6	R\$ 26,50	R\$ 159,00
40	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 15 COM 100 UND	CX	6	R\$ 28,90	R\$ 173,40
41	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 21 COM 100 UND	CX	6	R\$ 29,13	R\$ 174,78
42	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 23 COM 100 UND	CX	6	R\$ 31,29	R\$ 187,74
43	ESPATULA (ABAIXADOR DE LÍNGUA) DE MADEIRA PACOTE C/ 100 UNIDADES	PCTE	30	R\$ 6,50	R\$ 195,00
44	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13 LITROS UNIDADE	UNID	100	R\$ 6,47	R\$ 647,00
45	ESPÉCULO VAGINAL P DESCARTAVEL ,NÃO LUBRIFICADO	UNID	100	R\$ 1,66	R\$ 166,00
46	ESPÉCULO VAGINAL M DESCARTAVEL ,NÃO LUBRIFICADO	UNID	300	R\$ 1,52	R\$ 456,00
47	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO 2.000 ML	UNID	20	R\$ 3,77	R\$ 75,40
48	EQUIPO PARA SORO CONECTOR 2 VIAS C/CLAMP MULTIVIAS	UNID	300	R\$ 0,91	R\$ 273,00





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

49	EQUIPO P/ SORO MACROGOTAS C/ ROLDANA PLASTICA PARA INFUSÃO VENOSA	CX	3000	R\$ 1,07	R\$ 3.210,00
50	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 6,0 C/ 01 PAR	PAR	50	R\$ 1,30	R\$ 65,00
51	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 6,5 C/ 01 PAR	PAR	50	R\$ 1,52	R\$ 76,00
52	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 7,0 C/ 01 PAR	PAR	50	R\$ 1,69	R\$ 84,50
53	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 7,5 C/ 01 PAR	PAR	50	R\$ 1,17	R\$ 58,50
54	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 8,0 C/ 01 PAR	PAR	50	R\$ 1,69	R\$ 84,50
55	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO PP	CX	50	R\$ 22,89	R\$ 1.144,50
56	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO P	CX	50	R\$ 28,32	R\$ 1.416,00
57	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO M	CX	50	R\$ 28,32	R\$ 1.416,00
58	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO G	CX	50	R\$ 28,32	R\$ 1.416,00
59	PAPEL GRAU CIRURGICO 10 CM X 100 METROS	ROLO	10	R\$ 63,37	R\$ 633,70
60	PAPEL GRAU CIRURGICO 12 CM X 100 METROS	ROLO	10	R\$ 64,88	R\$ 648,80
61	PAPEL GRAU CIRURGICO 30 CM X 100 METROS	ROLO	10	R\$ 141,05	R\$ 1.410,50
62	PAPEL LENÇOL HOSPITALAR ROLO 70CMX50M	ROLO	60	R\$ 13,84	R\$ 830,40
63	SONDA DE FOLLEY VESICAL 2 VIAS Nº 14	UNID	20	R\$ 2,57	R\$ 51,40
64	SONDA DE FOLLEY VESICAL 2 VIAS Nº 16	UNID	20	R\$ 3,12	R\$ 62,40
65	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14	UNID	20	R\$ 0,95	R\$ 19,00
66	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16	UNID	20	R\$ 1,29	R\$ 25,80
67	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	UNID	20	R\$ 0,94	R\$ 18,80
68	SCALP Nº 21 PVC	UNID	1000	R\$ 0,30	R\$ 300,00
69	SCALP Nº 23 PVC	UNID	1200	R\$ 0,24	R\$ 288,00

Av. Paulo Libânio, nº 700, centro, CEP 87.920-000 – Santa Cruz de Monte Castelo/PR

Fone: (44) 3900-3707



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

70	SCALP Nº 25 PVC	UNID	800	R\$ 0,24	R\$ 192,00
71	SCALP Nº 27 PVC	UNID	500	R\$ 0,36	R\$ 180,00
72	SERINGA DESCARTAVEL 3 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	5000	R\$ 0,15	R\$ 750,00
73	SERINGA DESCARTAVEL 5 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	5000	R\$ 0,18	R\$ 900,00
74	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	5000	R\$ 0,24	R\$ 1.200,00
75	SERINGA DESCARTAVEL 20 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	2000	R\$ 0,41	R\$ 820,00
76	FORMOL 10% CONTEÚDO: 1L	LITRO	06	R\$ 16,25	R\$ 97,50
77	AGUA OXIGENADA DE 10 VL 3% 1000 ML	FRASCO	24	R\$ 6,79	R\$ 162,96
78	ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE BICO RETO 100 ML	FRASCO	60	R\$ 3,61	R\$ 216,60
79	ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE BICO RETO 250 ML	FRASCO	60	R\$ 3,46	R\$ 207,60
80	FITA CREPE ADESIVA HOSPITALAR 16 MM X 50 METROS	UNID	100	R\$ 4,50	R\$ 450,00
81	FITA ADESIVA PARA ESTUFA / AUTOCLAVE	UNID	100	R\$ 5,85	R\$ 585,00
82	MASCÁRA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO ADULTO	UNID	30	R\$ 6,52	R\$ 195,60

1.3. Valor Total Estimado: **R\$ 61.767,72 (sessenta e um mil, setecentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos).**

1.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante na plataforma Bolsa de Valores e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível na plataforma Bolsa de Valores e Leilões do Brasil, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Poderão participar desta Dispensa de Licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

2.3. Como requisito para participação na dispensa, o fornecedor deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Aviso.

2.4. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas através do Decreto nº 2.435/2024 que define o procedimento de Dispensa de Licitação no âmbito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo.

2.5. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.5.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5.3.1. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.5.5. empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

2.5.6. empresa suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública no âmbito do Estado do Paraná;

2.5.7. empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

## **3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição.



## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço)

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### 4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do **ITEM**.

Av. Paulo Libânio, nº 700, centro, CEP 87.920-000 – Santa Cruz de Monte Castelo/PR

Fone: (44) 3900-3707





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a disputa, desde que inferiores ao menor por ele ofertado, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O fornecedor que apresentou proposta para compor a pesquisa de preço poderá oferecer nova proposta, desde que:

I - igual ou inferior a sua menor proposta já apresentada;

II - igual ou superior ao seu maior desconto já ofertado.

4.3.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é **de R\$ 0,1 (um centavo)**.

4.3.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.4. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.5. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.6. Em caso da proposta ser protocolada junto ao setor de licitações, o órgão promoverá a divulgação no período de até 1 (uma) hora do seu recebimento.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

- 5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
  - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem apresentados para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances, que terá o prazo de 02 (duas) horas a partir da convocação para anexá-los ao sistema.

6.1.1. Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:

6.1.1.1. SICAF **ou** certidões fiscais individuais;

6.1.1.2. Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.1.1.3. Fornecedor sancionados e suspensos pelo Governo do Estado do Paraná ([http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/situacao\\_fornecedores?windowId=8e8](http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/situacao_fornecedores?windowId=8e8)).

6.1.1.4. Consulta do banco de dados de penalidades do município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

6.1.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

6.1.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.1.1.5.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.2. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, a pedido do agente condutor, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

6.4. Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digitalizado, o agente condutor poderá requerer a comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais.

6.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.1. a prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo fornecedor, mediante apresentação de justificativa;

6.5.2. a não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito da participação e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso, e facultará ao agente convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

6.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7. SANÇÕES

7.3. Os dispositivos relacionados às infrações e às sanções constam do Termo de Referência.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.3. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico do Município, disponível no endereço <https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes>, no Diário Eletrônico, disponível no endereço <https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar?entidadeUsuarial=Prefeitura+Municipal+de+Santa+Cruz+de+Monte+Castelo> e plataforma Bolsa de Valores e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico <https://www.bll.org.br>.

8.4. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), ficará a critério da administração:

8.4.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.4.2. valer-se, para a contratação, de cotação obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

8.4.3. fixar prazo para que os fornecedores interessados possam **adequar** as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação;

8.4.3.1. apreciada a cotação e a documentação de habilitação do fornecedor e, atendidos os critérios exigidos para a contratação, este será declarado vencedor;

8.4.3.2. no caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

8.4.4. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.



## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

8.5. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.6. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente da contratação direta na respectiva notificação.

8.7. Caberá ao fornecedor acompanhar a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante de sua ausência.

8.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão de julgamento na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.11. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.12. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.13. Havendo **mais de uma empresa vencedora**, o órgão executivo poderá, desde que demonstrada redução de custos na gestão de contratos ou maior vantagem na contratação, negociar com a empresa que se consagrou vencedora do maior número de itens para que apresente proposta mais vantajosa àquelas ofertados pelas empresas vencedoras do menor número de itens.

8.14. Da sessão pública será lavrada Ata.

Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os documentos abaixo relacionados que se encontram disponíveis nos endereços:  
<https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes> e  
<https://www.bll.org.br>.

8.15. Integram este aviso, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.15.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

8.15.2. ANEXO II – Termo de Referência;

8.15.3. ANEXO III – Modelo Proposta;

8.15.4. ANEXO IV – Declaração ME/EPP;

8.15.5. ANEXO V – Declaração Unificada;

8.15.6. ANEXO VI – Minuta Do Contrato;



Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo  
Estado do Paraná  
CNPJ nº 75.462.820/0001-02

Jaqueline Ricardo Micheletti  
**Secretária Municipal de Saúde**



Av. Paulo Libânio, nº 700, centro, CEP 87.920-000 – Santa Cruz de Monte Castelo/PR  
Fone: (44) 3900-3707





Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo  
Estado do Paraná  
CNPJ nº 75.462.820/0001-02

**ANEXO I**  
**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**Processo Administrativo: nº 003/2025**

**Dispensa Eletrônica: nº 002/2025**

**1. Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21)**

- 1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

**2. Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21)**

- 2.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02



## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

2.4. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

2.8. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 3. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21)

3.1. **Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor** - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)), expedida em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública.

3.2. **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

3.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

### 4. Qualificação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21)

4.1. **Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e prestação de serviços similares** equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado que demonstre a capacidade operacional equivalente ou superior, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

4.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.1.4. Comprovação de Registro de Produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

4.1.5. Autorização de Funcionamento da ANVISA – AFE do Fabricante e Licitante.

4.1.6. Alvará de Licença atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal da sede da licitante, de acordo com o Código Sanitário e legislação complementar.

## 4. Documentos Complementares

4.1. Apresentar juntamente com a Proposta de Preços, catálogo ou folder ilustrativo original, colorido, próprio do fabricante, em língua portuguesa, sem rasuras e/ou emendas, contendo desenho, medidas e a descrição do produto ofertado, imagem colorida de todos os equipamentos e especificações técnicas discriminando as dimensões, marca e prazo de garantia, quando se aplicar.

## 5. Declarações

5.1. Deverá apresentar a **Declaração Unificada**, conforme modelo do Anexo V.

## 6. Da Participação de Cooperativas

6.2. Tratando-se de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

6.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

6.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

6.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;





## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

6.2.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

6.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

6.2.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

6.2.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizado.





Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo  
Estado do Paraná  
CNPJ nº 75.462.820/0001-02

**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
(Processo Administrativo nº 003/2025)  
**FUNDAMENTAÇÃO:** ART. 6º, Inciso XXIII

**1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “a” e “i”)**

1.1. **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO-HOSPITALARES**, em atendimento à **Secretaria Municipal de Saúde** do município de **Santa Cruz de Monte Castelo/PR**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	AGULHA 13X4,5 DESCARTAVEL CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	20	R\$ 7,22	R\$144,40
2	AGULHA 20X5,5 DESCARTAVEL CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	20	R\$ 8,91	R\$ 178,20
3	AGULHA 25x7 DESCARTAVEL CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	30	R\$ 8,93	R\$ 267,90
4	AGULHA 40X12 DESCARTAVEL CX C/ 100 UNIDADES	CX	50	R\$ 11,81	R\$ 590,50
5	CATETER INTRAVENOSO Nº22 (ABOCATH)	UNID	500	R\$ 1,29	R\$ 645,00
6	CATETER INTRAVENOSO Nº24 (ABOCATH)	UNID	800	R\$ 1,39	R\$ 1.112,00
7	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO, TIPO ÓCULOS ADULTO TAMANHA 1,5 METROS	UNID	100	R\$ 1,43	R\$ 143,00
8	ALCOOL ETILICO 70° 1000ML	FRS	60	R\$ 8,51	R\$ 510,60
9	GEL CLÍNICO INCOLOR PARA CONDUÇÃO DE IMPULSOS DE APARELHOS DE ULTRASSOM E EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA – 05 KG	FRS	02	R\$ 35,73	R\$ 71,46
10	POLVIDINE DEGERMANTE (IODOPOLIVIDONA 10% DEGERMANTE) 1000 ML	FRS	6	R\$ 42,30	R\$ 253,80
11	POLVIDINE TÓPICO (IODOPOLIVIDONA 10% TÓPICO) 1000ML	FRS	6	R\$ 47,15	R\$ 282,90
12	SORO FISIOLÓGICO 0,9%100 ML SISTEMA FECHADO	FRS	1000	R\$ 3,71	R\$ 3.710,00
13	SORO FISIOLÓGICO 0,9%250 ML SISTEMA ABERTO	FRS	300	R\$ 5,58	R\$ 1.674,00
14	SORO FISIOLÓGICO 0,9%250 ML SISTEMA FECHADO	FRS	1000	R\$ 5,54	R\$ 5.540,00
15	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRS	500	R\$ 5,33	R\$ 2.665,00
16	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML SISTEMA FECHADO	FRS	200	R\$ 12,48	R\$ 2.496,00



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

17	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250 ML SISTEMA FECHADO	FRS	400	R\$ 5,76	R\$ 2.304,00
18	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML SISTEMA FECHADO	FRS	400	R\$ 5,77	R\$ 2.308,00
19	VASELINA LIQUIDA 1000 ML	FRS	6	R\$ 36,00	R\$ 216,00
20	VASELINA SOLIDA 1000 GRS	FRS	6	R\$ 13,30	R\$ 79,80
21	TUBO DE LATÉX ( GARROTE ) CALIBRE PEQUENO PCTE C/ 15 MTS	PCTE	2	R\$ 25,29	R\$ 50,58
22	PROTETOR OFTALMICO P/ OCLUSÃO ANTIALERGICO TAMANHO P ( PEDIATRICO)CX C/ 20 UNIDADES	CX	20	R\$ 12,90	R\$ 258,00
23	PROTETOR OFTALMICO P/ OCLUSÃO ANTIALERGICO TAMANHO G ( ADULTO )CX C/ 20 UNIDADES	CX	20	R\$ 12,25	R\$ 245,00
24	UMIDIFICADOR DE OXIGENIO	UNID	20	R\$ 13,26	R\$ 265,20
25	ALGODÃO HIDRÓFILO C/500GR	PCTE	30	R\$ 14,85	R\$ 445,50
26	ATADURA DE CREPE 13 FIOS, 10cmX3M, PACOTE C/ 12 UNIDADES	PCTE	100	R\$ 8,91	R\$ 891,00
27	ATADURA DE CREPE 13 FIOS, 15cmX3M, PACOTE C/ 12 UNIDADES	PCTE	100	R\$ 14,27	R\$ 1.427,00
28	ATADURA DE CREPE 13 FIOS, 20cmX3M, PACOTE C/ 12 UNIDADES	PCTE	100	R\$ 14,95	R\$ 1.495,00
29	COMPRESSA CIRURGICA 45 CMX50CM 4 CAMADAS PCTE C/ 50 UNIDADES	PCTE	10	R\$ 66,88	R\$ 668,80
30	COMPRESSA DE GASE HIDROFILO 8 CAMADAS/ 5 DOBRAS/ 11 FIOS POR CM² COM DIMENSÃO FECHADA 7,5 X7,5 CM, PACOTE COM 500 UNIDADES	PCTE	100	R\$ 25,76	R\$ 2.576,00
31	COMPRESSA DE GASE HIDROFILO 8 CAMADAS/ 5 DOBRAS/ 13 FIOS POR CM² COM DIMENSÃO FECHADA 7,5 X7,5 CM, PACOTE COM 500 UNIDADES	PCTE	100	R\$ 21,29	R\$ 2.129,00
32	ESPARADRAPO 2,5 CM X 4,5 M C/ CAPA	UNID	100	R\$ 4,48	R\$ 448,00
33	ESPARADRAPO 5 CM X 4,5 M C/ CAPA	UNID	100	R\$ 7,93	R\$ 793,00
34	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M C/ CAPA	UNID	100	R\$10,21	R\$ 1.021,00
35	FITA MICROPORE 2,5 CM X 10M, C/ CAPA	UNID	100	R\$ 3,54	R\$ 354,00
36	FITA MICROPORE 5 CM X 10M, C/ CAPA	UNID	100	R\$ 5,39	R\$ 539,00
37	FITA MICROPORE 10CM X 10M, C/ CAPA	UNID	100	R\$ 10,68	R\$ 1.068,00
38	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 11 COM 100 UND	CX	6	R\$ 29,45	R\$ 176,70





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

39	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 13 COM 100 UND	CX	6	R\$ 26,50	R\$ 159,00
40	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 15 COM 100 UND	CX	6	R\$ 28,90	R\$ 173,40
41	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 21 COM 100 UND	CX	6	R\$ 29,13	R\$ 174,78
42	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 23 COM 100 UND	CX	6	R\$ 31,29	R\$ 187,74
43	ESPATULA (ABAIXADOR DE LÍNGUA) DE MADEIRA PACOTE C/ 100 UNIDADES	PCTE	30	R\$ 6,50	R\$ 195,00
44	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13 LITROS UNIDADE	UNID	100	R\$ 6,47	R\$ 647,00
45	ESPÉCULO VAGINAL P DESCARTAVEL ,NÃO LUBRIFICADO	UNID	100	R\$ 1,66	R\$ 166,00
46	ESPÉCULO VAGINAL M DESCARTAVEL ,NÃO LUBRIFICADO	UNID	300	R\$ 1,52	R\$ 456,00
47	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO 2.000 ML	UNID	20	R\$ 3,77	R\$ 75,40
48	EQUIPO PARA SORO CONECTOR 2 VIAS C/CLAMP MULTIVIAS	UNID	300	R\$ 0,91	R\$ 273,00
49	EQUIPO P/ SORO MACROGOTAS C/ ROLDANA PLÁSTICA PARA INFUSÃO VENOSA	CX	3000	R\$ 1,07	R\$ 3.210,00
50	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 6,0 C/ 01 PAR	PAR	50	R\$ 1,30	R\$ 65,00
51	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 6,5 C/ 01 PAR	PAR	50	R\$ 1,52	R\$ 76,00
52	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 7,0 C/ 01 PAR	PAR	50	R\$ 1,69	R\$ 84,50
53	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 7,5 C/ 01 PAR	PAR	50	R\$ 1,17	R\$ 58,50
54	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 8,0 C/ 01 PAR	PAR	50	R\$ 1,69	R\$ 84,50
55	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO PP	CX	50	R\$ 22,89	R\$ 1.144,50



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

56	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO P	CX	50	R\$ 28,32	R\$ 1.416,00
57	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO M	CX	50	R\$ 28,32	R\$ 1.416,00
58	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO G	CX	50	R\$ 28,32	R\$ 1.416,00
59	PAPEL GRAU CIRURGICO 10 CM X 100 METROS	ROLO	10	R\$ 63,37	R\$ 633,70
60	PAPEL GRAU CIRURGICO 12 CM X 100 METROS	ROLO	10	R\$ 64,88	R\$ 648,80
61	PAPEL GRAU CIRURGICO 30 CM X 100 METROS	ROLO	10	R\$ 141,05	R\$ 1.410,50
62	PAPEL LENÇOL HOSPITALAR ROLO 70CMX50M	ROLO	60	R\$ 13,84	R\$ 830,40
63	SONDA DE FOLLEY VESICAL 2 VIAS Nº 14	UNID	20	R\$ 2,57	R\$ 51,40
64	SONDA DE FOLLEY VESICAL 2 VIAS Nº 16	UNID	20	R\$ 3,12	R\$ 62,40
65	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14	UNID	20	R\$ 0,95	R\$ 19,00
66	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16	UNID	20	R\$ 1,29	R\$ 25,80
67	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	UNID	20	R\$ 0,94	R\$ 18,80
68	SCALP Nº 21 PVC	UNID	1000	R\$ 0,30	R\$ 300,00
69	SCALP Nº 23 PVC	UNID	1200	R\$ 0,24	R\$ 288,00
70	SCALP Nº 25 PVC	UNID	800	R\$ 0,24	R\$ 192,00
71	SCALP Nº 27 PVC	UNID	500	R\$ 0,36	R\$ 180,00
72	SERINGA DESCARTAVEL 3 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	5000	R\$ 0,15	R\$ 750,00
73	SERINGA DESCARTAVEL 5 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	5000	R\$ 0,18	R\$ 900,00
74	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	5000	R\$ 0,24	R\$ 1.200,00
75	SERINGA DESCARTAVEL 20 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	2000	R\$ 0,41	R\$ 820,00
76	FORMOL 10% CONTEÚDO: 1L	LITRO	06	R\$ 16,25	R\$ 97,50
77	AGUA OXIGENADA DE 10 VL 3% 1000 ML	FRASCO	24	R\$ 6,79	R\$ 162,96
78	ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE BICO RETO 100 ML	FRASCO	60	R\$ 3,61	R\$ 216,60
79	ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE BICO RETO 250 ML	FRASCO	60	R\$ 3,46	R\$ 207,60
80	FITA CREPE ADESIVA HOSPITALAR 16 MM X 50 METROS	UNID	100	R\$ 4,50	R\$ 450,00
81	FITA ADESIVA PARA ESTUFA / AUTOCLAVE	UNID	100	R\$ 5,85	R\$ 585,00



Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo  
Estado do Paraná  
CNPJ nº 75.462.820/0001-02

82	MASCÁRA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO ADULTO	UNID	30	R\$ 6,52	R\$ 195,60
----	---	------	----	----------	---------------

1.2. O valor máximo da contratação será de **R\$ \$ 61.767,72 (sessenta e um mil, setecentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos)**.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Documento de Formalização de Demanda e ETP.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.5. O prazo de vigência do Contrato será de 90 dias, contado a partir de sua publicação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, baseada em pesquisa prévia realizada pela secretaria demandante demonstrando as razões da necessidade da contratação.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratação 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência, e conforme publicado Diário Oficial e Portal Transparência do Município.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização de Demanda e a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO-HOSPITALARES**, em atendimento à **Secretaria Municipal de Saúde** do município de **Santa Cruz de Monte Castelo/PR**.

### **3.2. Dos elementos/produtos que compõem o objeto:**

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTD
1	AGULHA 13X4,5 DESCARTAVEL CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	20
2	AGULHA 20X5,5 DESCARTAVEL CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	20
3	AGULHA 25x7 DESCARTAVEL CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	30
4	AGULHA 40X12 DESCARTAVEL CX C/ 100 UNIDADES	CX	50
5	CATETER INTRAVENOSO Nº22 (ABOCATH)	UNID	500
6	CATETER INTRAVENOSO Nº24 (ABOCATH)	UNID	800
7	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO, TIPO ÓCULOS ADULTO TAMANHA 1,5 METROS	UNID	100
8	ALCOOL ETILICO 70° 1000ML	FRS	60
9	GEL CLÍNICO INCOLOR PARA CONDUÇÃO DE IMPULSOS DE APARELHOS DE ULTRASSOM E EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA – 05 KG	FRS	02
10	POLVIDINE DEGERMANTE (IODOPOLIVIDONA 10% DEGERMANTE) 1000 ML	FRS	6
11	POLVIDINE TÓPICO (IODOPOLIVIDONA 10% TÓPICO) 1000ML	FRS	6





Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo  
Estado do Paraná  
CNPJ nº 75.462.820/0001-02

12	SORO FISIOLÓGICO 0,9%100 ML SISTEMA FECHADO	FRS	1000
13	SORO FISIOLÓGICO 0,9%250 ML SISTEMA ABERTO	FRS	300
14	SORO FISIOLÓGICO 0,9%250 ML SISTEMA FECHADO	FRS	1000
15	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FRS	500
16	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML SISTEMA FECHADO	FRS	200
17	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250 ML SISTEMA FECHADO	FRS	400
18	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML SISTEMA FECHADO	FRS	400
19	VASELINA LIQUIDA 1000 ML	FRS	6
20	VASELINA SOLIDA 1000 GRS	FRS	6
21	TUBO DE LATÉX ( GARROTE ) CALIBRE PEQUENO PCTE C/ 15 MTS	PCTE	2
22	PROTETOR OFTÁLMICO P/ OCLUSÃO ANTIALERGICO TAMANHO P ( PEDIÁTRICO)CX C/ 20 UNIDADES	CX	20
23	PROTETOR OFTÁLMICO P/ OCLUSÃO ANTIALERGICO TAMANHO G ( ADULTO )CX C/ 20 UNIDADES	CX	20
24	UMIDIFICADOR DE OXIGENIO	UNID	20
25	ALGODÃO HIDRÓFILO C/500GR	PCTE	30
26	ATADURA DE CREPE 13 FIOS, 10cmX3M, PACOTE C/ 12 UNIDADES	PCTE	100
27	ATADURA DE CREPE 13 FIOS, 15cmX3M, PACOTE C/ 12 UNIDADES	PCTE	100
28	ATADURA DE CREPE 13 FIOS, 20cmX3M, PACOTE C/ 12 UNIDADES	PCTE	100
29	COMPRESSA CIRURGICA 45 CMX50CM 4 CAMADAS PCTE C/ 50 UNIDADES	PCTE	10
30	COMPRESSA DE GASE HIDROFILA 8 CAMADAS/ 5 DOBRAS/ 11 FIOS POR CM² COM DIMENSÃO FECHADA 7,5 X7,5 CM, PACOTE COM 500 UNIDADES	PCTE	100
31	COMPRESSA DE GASE HIDROFILA 8 CAMADAS/ 5 DOBRAS/ 13 FIOS POR CM² COM DIMENSÃO FECHADA 7,5 X7,5 CM, PACOTE COM 500 UNIDADES	PCTE	100
32	ESPARADRAPO 2,5 CM X 4,5 M C/ CAPA	UNID	100
33	ESPARADRAPO 5 CM X 4,5 M C/ CAPA	UNID	100
34	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M C/ CAPA	UNID	100
35	FITA MICROPORE 2,5 CM X 10M, C/ CAPA	UNID	100
36	FITA MICROPORE 5 CM X 10M, C/ CAPA	UNID	100
37	FITA MICROPORE 10CM X 10M, C/ CAPA	UNID	100
38	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 11 COM 100 UND	CX	6
39	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 13 COM 100 UND	CX	6
40	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 15 COM 100 UND	CX	6
41	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 21 COM 100 UND	CX	6
42	LÂMINA PARA BISTURI EM AÇO CARBONO ESTÉRIL A RAIOS GAMA DE USO ÚNICO Nº 23 COM 100 UND	CX	6
43	ESPATULA (ABAIXADOR DE LÍNGUA) DE MADEIRA PACOTE C/ 100 UNIDADES	PCTE	30



Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo  
Estado do Paraná  
CNPJ nº 75.462.820/0001-02

44	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13 LITROS UNIDADE	UNID	100
45	ESPÉCULO VAGINAL P DESCARTAVEL ,NÃO LUBRIFICADO	UNID	100
46	ESPÉCULO VAGINAL M DESCARTAVEL ,NÃO LUBRIFICADO	UNID	300
47	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO 2.000 ML	UNID	20
48	EQUIPO PARA SORO CONECTOR 2 VIAS C/CLAMP MULTIVIAS	UNID	300
49	EQUIPO P/ SORO MACROGOTAS C/ ROLDANA PLASTICA PARA INFUSÃO VENOSA	CX	3000
50	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 6,0 C/ 01 PAR	PAR	50
51	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 6,5 C/ 01 PAR	PAR	50
52	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 7,0 C/ 01 PAR	PAR	50
53	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 7,5 C/ 01 PAR	PAR	50
54	LUVAS DE LATEX NATURAL, ESTERIL, CIRURGICAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIABSORVIVEL E INERTE TAMANHO 8,0 C/ 01 PAR	PAR	50
55	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO PP	CX	50
56	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO P	CX	50
57	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO M	CX	50
58	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO AMBIDESTRA NÃO ESTÉRIL HIPOALERGÊNICA COM 100 UND TAMANHO G	CX	50
59	PAPEL GRAU CIRURGICO 10 CM X 100 METROS	ROLO	10
60	PAPEL GRAU CIRURGICO 12 CM X 100 METROS	ROLO	10
61	PAPEL GRAU CIRURGICO 30 CM X 100 METROS	ROLO	10
62	PAPEL LENÇOL HOSPITALAR ROLO 70CMX50M	ROLO	60
63	SONDA DE FOLLEY VESICAL 2 VIAS Nº 14	UNID	20
64	SONDA DE FOLLEY VESICAL 2 VIAS Nº 16	UNID	20
65	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14	UNID	20
66	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16	UNID	20
67	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	UNID	20
68	SCALP Nº 21 PVC	UNID	1000
69	SCALP Nº 23 PVC	UNID	1200
70	SCALP Nº 25 PVC	UNID	800
71	SCALP Nº 27 PVC	UNID	500
72	SERINGA DESCARTAVEL 3 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	5000
73	SERINGA DESCARTAVEL 5 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	5000
74	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	5000
75	SERINGA DESCARTAVEL 20 ML SEM AGULHA C/ ROSCA	UNID	2000
76	FORMOL 10% CONTEÚDO: 1L	LITRO	06
77	AGUA OXIGENADA DE 10 VL 3% 1000 ML	FRASCO	24



Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo  
Estado do Paraná  
CNPJ nº 75.462.820/0001-02

78	ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE BICO RETO 100 ML	FRASCO	60
79	ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE BICO RETO 250 ML	FRASCO	60
80	FITA CREPE ADESIVA HOSPITALAR 16 MM X 50 METROS	UNID	100
81	FITA ADESIVA PARA ESTUFA / AUTOCLAVE	UNID	100
82	MASCÁRA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO ADULTO	UNID	30

**Do ciclo de vida do objeto e garantia de qualidade do objeto**

3.3. Não se aplica.

**Da Padronização dos produtos que integram o objeto**

3.4. O item não compreende o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES nº 938/2022.

3.5. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)**

**Dos critérios de sustentabilidade**

4.1. Deverá ser realizado o descarte ou disposição final dos produtos/embalagens em local apropriado, e, quando possível, optar pela reciclagem dos produtos passíveis de reciclagem.

**Da Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, "d", da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s) como referência, característica(s) ou modelo(s).

**Da Subcontratação**

4.3. É vedada a subcontratação do objeto contratual.

**Do Não Parcelamento**

4.4. O objeto deverá ser licitado por ITEM.

4.4.1. A exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, por item, conforme determina o art. 47, da Lei Complementar 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015.

Contudo, há exceções que a Administração, desde que apresente as devidas justificativas, pois o tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não será exclusiva.

Nessa lógica, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 veda a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (artigo 49, II, da LC 123/2006).





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

Interpretando-se esse dispositivo, é possível chegar à conclusão de que caso na localidade não seja possível identificar ao menos 3 (três) fornecedores enquadrados como ME ou EPP com a capacidade de cumprir exigências do Edital, então a Administração poderá aplicar as regras excludentes do art. 49, inc. II da LC nº 123/2006, permitindo a participação dos demais fornecedores interessados.

Nesse ponto, cabe registrar que não foi encontrado, em pesquisa de mercado realizada para obter cotações válidas para balizar esta aquisição, o número mínimo de três fornecedores locais com a qualificação de micro e pequena empresa. Ademais, não se identificou ferramenta, cadastro ou outro instrumento seguro e apto a sustentar a tomada de decisão desta Administração acerca da vantajosidade de se garantir a exclusividade dos itens abaixo de 80 mil reais para as ME e EPP.

Diante do exposto acima, considerando o risco presente na concessão da exclusividade e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123,2006, esta licitação não será exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, por conta da impossibilidade de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local e/ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório.

## **Do Orçamento Sigiloso**

4.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

## **Da Exigência de Amostra**

4.6. Não há necessidade de apresentação de amostra.

## **Garantia da Contratação**

4.7. Não se aplica.

## **Das Obrigações Da Contratada**

4.8. São as Obrigações da Contratada:

4.8.1. Entregar os produtos sempre que solicitado, dentro do prazo estabelecido contado do recebimento da Ordem de Fornecimento, no local e horário indicados na Ordem.

4.8.2. Nos preços deverão estar inclusos todas as despesas com combustíveis, transporte, impostos, seguros, taxas, e materiais necessários para execução do objeto, bem como, o que for necessário para o perfeito cumprimento do solicitado no Termo de Referência.

4.8.3. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause aos seus prepostos ou terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da



## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

entrega do objeto do presente, não cabendo ao município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos.

4.8.4. Os itens do Contrato

serão realizados por guia contendo: identificação da pessoa, entre outros.

4.8.5. Os produtos deverão ser entregues em plenas condições, e de atendimento às necessidades do município, no prazo estipulado mediante a apresentação da solicitação emitida pelo Setor Competente.

4.8.6. Fornecer os produtos ou efetuar a troca quando estiverem fora das especificações ou impróprios para a utilização, sem ônus para o Município, arcando com todas as despesas inerentes ao transporte e execução de troca, de imediato, a contar da data da efetiva notificação.

4.8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.8.8. Substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, no caso de avarias constatadas no ato da entrega ou defeitos.

4.8.9. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

4.8.10. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.8.11. Manter durante a execução do objeto deste Termo de Referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

4.8.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

4.8.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.8.14. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.

4.8.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados.



## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

- 4.8.16. Possibilitar ao Município de Santa Cruz de Monte Castelo, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do CONTRATANTE.
- 4.8.17. Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Santa Cruz de Monte Castelo ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução do objeto do ETP e Termo de Referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do Município.
- 4.8.18. Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo Município de Santa Cruz de Monte Castelo.
- 4.8.19. O Município de Santa Cruz de Monte Castelo não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 4.8.20. Atender prontamente quaisquer exigências do representante e do Diamante do Norte inerentes ao objeto deste Termo de Referência.
- 4.8.21. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.
- 4.8.22. Todas as despesas relativas ao fornecimento e entrega do material, fretes, transportes, impostos, taxas etc., correrão por conta da empresa fornecedora.

### **Das Obrigações Da Contratante**

#### **4.9. Compreendem as obrigações da Contratante:**

- 4.9.1. Proporcionar todas as condições para que a Detentora do Contrato possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- 4.9.2. Rejeitar no todo ou em parte os serviços e as mercadorias entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Detentora da Ata, notificando-a para proceder à substituição.
- 4.9.3. Efetuar com pontualidade o pagamento à Detentora da Ata, após o cumprimento das formalidades legais.
- 4.9.4. Exercer fiscalização sobre o cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 4.9.5. Designar um representante da administração para fazer a fiscalização e o acompanhamento do cumprimento deste contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização dos problemas observados.
- 4.9.6. Fornecer as informações necessárias para o fornecimento dos bens, tais como documentação existente, legislações pertinentes e outros.
- 4.9.7. Receber/dar aceite aos bens e serviços entregues/realizados.
- 4.9.8. Aprovar e atestar Nota fiscal/Fatura dos materiais, bens entregues, acompanhada dos comprovantes de regularidade fiscal necessários ao pagamento.





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

4.9.9. Comunicar a necessidade de aplicação de sanção, quando houver descumprimento contratual ou qualquer prejuízo de responsabilidade da CONTRATADA.

4.9.10. Comunicar à licitante vencedora qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente corrigidas.

4.9.11. Proporcionar todas as facilidades necessárias à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, como acesso às dependências do Órgão e a disponibilidade das informações pertinentes.

## 5. EXECUÇÃO CONTRATUAL (Arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

### Condições de Execução

4.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue em parcela única no prazo de até 05(cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da respectiva solicitação.

5.1.1 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Av. Laércio Aparecido Ribeiro, 817-847, Santa Cruz de Monte Castelo/PR.**

4.2. A Detentora do Contrato deverá arcar com todos os custos necessários para a entrega dos materiais, como encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas e custos necessários aos serviços de entrega.

5.3. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da detentora do Contrato.

5.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause ao Município, a preposto seu ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da entrega do objeto, não cabendo à Administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes.

5.5. A empresa vencedora, deverá executar o objeto de acordo com os termos especificados na proposta de preços, sendo admitida a troca, somente mediante expressa autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

5.6.1. As entregas em desacordo com o solicitado deverão ser corrigidas pela detentora do Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de suspensão dos respectivos pagamentos.

5.7. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos serviços, obrigando-se a refazer no prazo determinado pela Administração, às suas expensas,

Av. Paulo Libânio, nº 700, centro, CEP 87.920-000 – Santa Cruz de Monte Castelo/PR

Fone: (44) 3900-3707



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia, reservando a Administração Pública o direito de recusá-los caso esteja em desconformidade com as especificações exigidas em edital.

5.8. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.9. Estando de acordo com o previsto neste termo de referência, os bens **serão recebidos definitivamente**.

## **Rotinas a serem cumpridas**

5.10. Não se aplica.

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.11. Não se aplica.

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.12. Não se aplica.

## **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.13. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a execução será prorrogada automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da



## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Da Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. Fica nomeado como fiscal técnico o(a) senhor(a) **Andrea Aparecida Peres Linardi**, lotada no cargo de farmacêutica.

### **Fiscalização Administrativa**

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

6.16. Fica nomeado como fiscal administrativo o(a) senhor(a) **ELTON MIRANDA MARTINS**, lotado no cargo de Secretário Municipal Administrativo.

## Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.23. Fica nomeado como gestor(a) o(a) senhor(a) **Jaqueline Ricardo Micheletti**, lotada no cargo de Secretária Municipal de Saúde.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

### Do Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e laudos técnicos.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto deverá ser liberada, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line

Av. Paulo Libânio, nº 700, centro, CEP 87.920-000 – Santa Cruz de Monte Castelo/PR

Fone: (44) 3900-3707



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar as consultas pertinentes para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 1 (um) dia útil, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **Prazo de pagamento**

7.17. O prazo de pagamento será até 30 (trinta) dias após emissão da nota.

## **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.





## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

---

#### Da modalidade e critério de julgamento

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21)

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do

Av. Paulo Libânio, nº 700, centro, CEP 87.920-000 – Santa Cruz de Monte Castelo/PR

Fone: (44) 3900-3707



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21)**

8.14. Prova de **inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

8.17. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.21. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Av. Paulo Libânio, nº 700, centro, CEP 87.920-000 – Santa Cruz de Monte Castelo/PR

Fone: (44) 3900-3707



## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

### **Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21)**

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)), expedida em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública.

8.25. **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

### **Qualificação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21)**

8.29. **Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e prestação de serviços similares** equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado que demonstre a capacidade operacional equivalente ou superior, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29.4. Comprovação de Registro de Produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

8.29.5. Autorização de Funcionamento da ANVISA – AFE do Fabricante e Licitante.

8.29.6. Alvará de Licença atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal da sede da licitante, de acordo com o Código Sanitário e legislação complementar.





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

## Documentos Complementares

8.33. Apresentar juntamente com a Proposta de Preços, catálogo ou folder ilustrativo original, colorido, próprio do fabricante, em língua portuguesa, sem rasuras e/ou emendas, contendo desenho, medidas e a descrição do produto ofertado, imagem colorida de todos os equipamentos e especificações técnicas discriminando as dimensões, marca e prazo de garantia, quando se aplicar.

## Declarações

8.34. Deverá apresentar a **Declaração Unificada**, conforme modelo do Anexo V.

## Da Participação de Cooperativas

8.35. Tratando-se de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.35.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.35.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.35.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.35.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.35.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.35.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.35.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## Requisitos contratuais

8.36. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF ou certidões fiscais;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

8.37. A consulta aos cadastros será realizada em nome do proprietário do imóvel, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.38. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

07.001.10.301.0030.2042 - Manutenção da medicação básica

07.001.10.302.0030.2045 - PAB - Unidade Pronto Atendimento

07.001.10.301.0030.2044 - PAB - Programa de atenção básica

3.3.90.30.00.00 - Material de consumo

### **Fonte:**

1001 - recursos ordinários livres - exercício corrente

1039 - saúde - rec. vinc. c/c 10655-0 (EC 29/00 - 15%)

31494 - Bloco de custeio das ações e serviços públicos de saúde

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Santa Cruz de Monte Castelo, 15 de janeiro de 2025.

Laís Nayara Moreira Espigares Oliveira  
Chefe da Divisão de Licitação e Contratos



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

## ANEXO III

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

<b>ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO</b>			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:		DISPENSA ELETRÔNICA Nº:	
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM			
RAZÃO SOCIAL:		CNPJ/CPF:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
CIDADE/UF:	CEP:	TELEFONE:	
REPRESENTANTE LEGAL:			CPF:
RG:	E-mail:		

### PROPOSTA:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
VALOR TOTAL					R\$ 0,00

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias corridos.

Nome do banco indicado para o pagamento: \_\_\_\_\_, Agência: \_\_\_\_\_, Conta Corrente: \_\_\_\_\_.

**Declaro** que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

**Declaro** que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

Av. Paulo Libânio, nº 700, centro, CEP 87.920-000 – Santa Cruz de Monte Castelo/PR

Fone: (44) 3900-3707





## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

**Declaro** ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

Local \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

Representante Legal





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

Dispensa Eletrônica nº \_\_\_\_/2025

Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2025

Eu \_\_\_\_\_, subscrito abaixo, DECLARO que a empresa (qualificação da empresa proponente) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede no endereço \_\_\_\_\_, município \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, neste ato por mim representada, para todos os fins de direito, especificamente para participação na presente contratação, faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo 3ª da referida Lei.

DECLARO também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Dispensa Eletrônica nº \_\_\_\_/2025

Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2025

A empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, com o endereço eletrônico \_\_\_\_\_, situada no Estado de \_\_\_\_\_, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação da **DISPENSA Nº \_\_\_\_/2025, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

**I** - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

**II** - não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**III** - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

**IV** - na qualidade de Proponente do procedimento de Contratação Direta instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ..... , cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

**V** - não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**VI** - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**VII** - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.





## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

**VIII** – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: \_\_\_\_\_

E-mail:

Telefone:

**IX** – Nomeia e constitui o(a) senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

**X** - para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

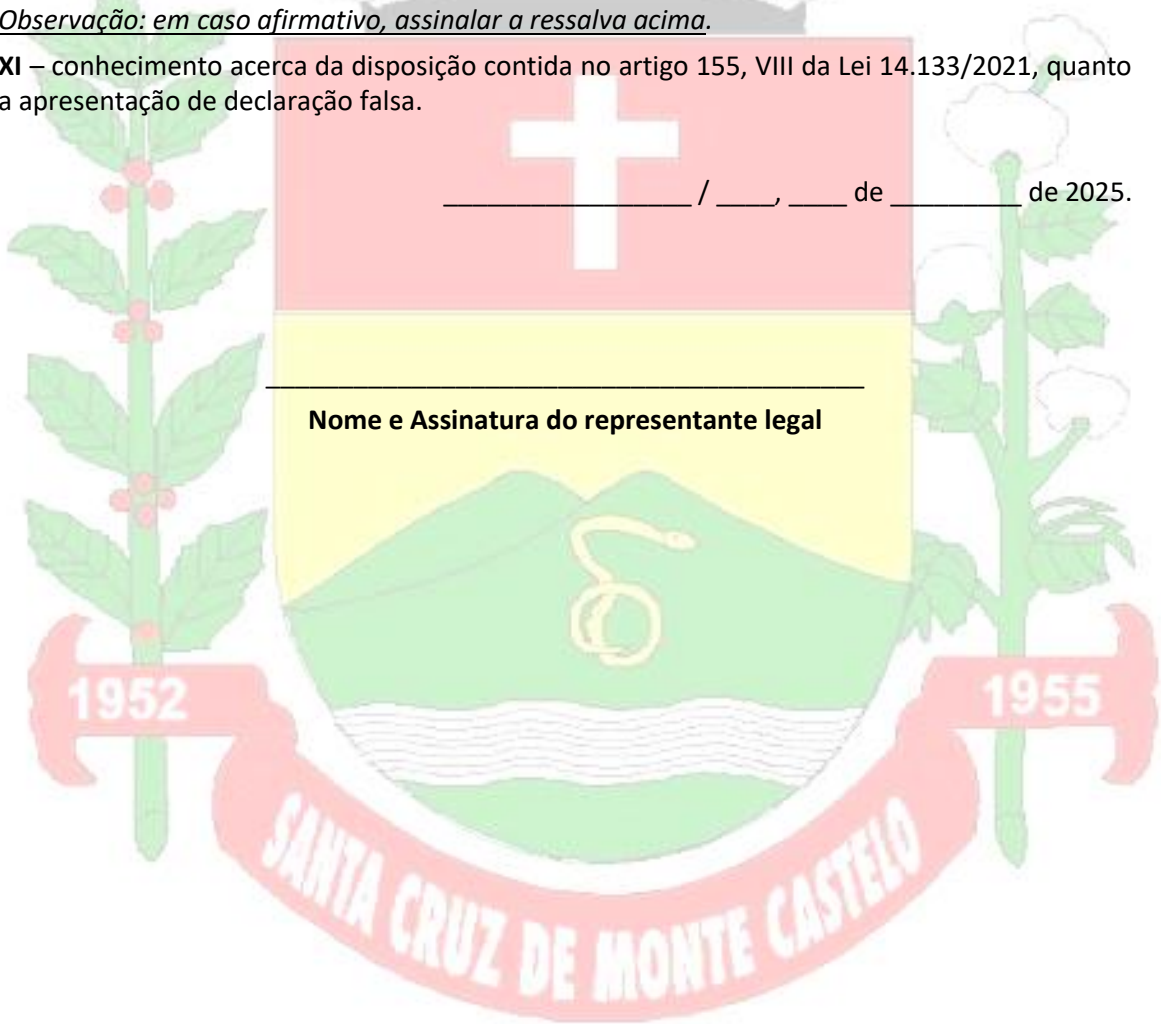
Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

**XI** – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

\_\_\_\_\_ / \_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal





Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo  
Estado do Paraná  
CNPJ nº 75.462.820/0001-02

**ANEXO VI**

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE  
FAZEM ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE  
MONTE CASTELO E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXX

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, com sede no(a)  
....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no  
CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) Secretário municipal de  
xxxxxxxxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., doravante  
denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº  
....., sediado(a) na ....., em ..... doravante  
designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função  
no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos,  
tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições  
da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o  
presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. ...., mediante as cláusulas  
e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuado de  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.0. Objeto da contratação:

ITEM	DISCRITIVO	UNIDADE DE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

1.2. O prazo de vigência do Contrato será de 90 dias, contado a partir de sua publicação, na  
forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.



# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

1.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/prestados.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

4.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Av. Paulo Libânio, nº 700, centro, CEP 87.920-000 – Santa Cruz de Monte Castelo/PR

Fone: (44) 3900-3707





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

5.9. São obrigações do Contratante:

5.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

5.11. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.12. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

5.13. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

5.14. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.15. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

5.16. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

5.17. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

5.18. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

5.18.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. (art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021)

5.19. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

5.20. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

5.21. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.22. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO** [\(art. 92, XIV, XVI e XVII\)](#)

6.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

- 6.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 6.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 6.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 6.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 6.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 6.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 6.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 6.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 6.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

6.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

6.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

6.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

6.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

6.24. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

6.25. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

6.26. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
  - (1) Moratória de 25% (vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
    - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  - (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.
  - (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.
  - (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.
  - (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.
  - (7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

6.27. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.28. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.28.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.29. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.30. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

6.31. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.32. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.33. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

6.34. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

6.35. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

6.36. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

6.37. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

7.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

7.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.





# Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

7.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

7.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.2.1.3. Indenizações e multas.

7.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

7.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

9.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.





## Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

CNPJ nº 75.462.820/0001-02

10.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial do município, na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

12.1. Fica eleito o Foro da comarca de Faxinal/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Santa Cruz de Monte Castelo, data, mês de 2025.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

1952

1955

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO